



A morte lenta do SNS e o futuro frágil das universidades públicas



Pedro Graça

Dean Faculty of Nutrition and Food Sciences - University of Porto
26 de julho de 2025

Quem acompanha de perto o Serviço Nacional de Saúde (SNS) percebe que a tentativa de “garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação” é cada vez mais uma utopia, apesar de ser algo que a maioria gostaria de ver acontecer. As razões para o definhamento do SNS são múltiplas, desde questões demográficas com uma população envelhecida, doente precocemente, muitas vezes devido à alimentação inadequada, e muito consumidora de cuidados até à utilização indevida de recursos e má gestão, (lenta, incapaz e pouco ágil).

Atualmente, os principais problemas parecem concentrar-se na incapacidade de reter os melhores profissionais, agora que o setor privado começa a oferecer melhores condições e ambiente de trabalho, de atualização e de equipamentos, o que não acontecia no passado. Sobre recursos humanos, também se percebe

que apesar de se falar muito de “Uma só saúde” e da necessidade de construir equipas multidisciplinares, as diferentes corporações profissionais (leia-se sindicatos e ordens profissionais) na área da saúde não abrem mão das suas áreas de intervenção, impedindo a constituição de verdadeiras equipas multidisciplinares e mais capazes. Também os interesses no tratamento e na venda de medicamentos em detrimento da prevenção e promoção da saúde continuam a ter mais voz e poder para influenciar decisões políticas. Assim, não se constrói uma política de saúde preventiva e não se trata adequadamente os doentes a custos razoáveis.

Neste modelo, o problema do trabalho e do seu valor é uma peça central para a nossa discussão. O trabalho e as matérias primas a baixo custo têm feito o mundo girar desde o Séc. XV. O processo de globalização, iniciado em parte pelos portugueses durante os Descobrimentos, utilizou a escravatura e a produção de alimentos/matérias primas a baixo custo como a base para o crescimento de quase todos os impérios coloniais. O trabalho barato é ainda mais necessário quando outros custos de produção sobem, como é o caso do petróleo na agricultura ou dos equipamentos e medicamentos na saúde. Não admira por isso que os países ou instituições que pagam barato aos trabalhadores tendem, durante algum tempo, a parecer competitivos e funcionais.

Esta ilusão desaparece, quando existe escassez de mão de obra provocada por baixa natalidade, por epidemias, por guerras ou simplesmente porque existe um mercado de trabalho aberto, onde as pessoas podem movimentar-se e escolher outros locais para desempenhar as suas funções. A estratégia de embaratecimento (do trabalho ou da alimentação, por ex.) é sempre uma opção a curto prazo com consequências imprevisíveis.

Esta situação, que afeta presentemente o nosso SNS, tende a alastrar-se a outros setores nomeadamente ao ensino superior público, embora ainda assintomaticamente ou com poucas queixas visíveis. A incapacidade de trazer os melhores para a universidade pública, de lhes pagar pelo seu esforço ou, pura e simplesmente, de ter uma política de recursos humanos eficiente na retenção dos mais capazes, vai colocar problemas ao ensino publico e às Instituições de Ensino Superior (IES) nos próximos anos. Também a incapacidade de regular eficazmente a oferta existente e impedir a má qualidade formativa num país pequeno e em regressão demográfica, com a consequente fuga para a frente, através da abertura indiscriminada de cursos e universidades, um pouco por todo o país, utilizando diversas justificações e pressões políticas, económicas e sociais não augura nada de bom para o futuro do sistema de ensino superior.

Esta inadequação entre a oferta e a procura pressiona a criatividade na captação indiscriminada de estudantes e na procura de financiamento externo que permita às IES ter uma maior autonomia económica. Agrava-se assim o risco de captura das agendas de investigação pelos interesses comerciais que nem sempre estão alinhados com as necessidades do país e dos cidadãos. Veja-se o que se tem passado na área dos determinantes comerciais da saúde, em particular na área alimentar e da nutrição, e percebe-se facilmente os desafios a ultrapassar e os conflitos de interesse emergentes. Conflitos entre quem vende alimentos de má qualidade nutricional e está interessado em vender a narrativa da falta de literacia nutricional dos portugueses ou do sucesso da autorregulação e quem está interessado em proteger a saúde dos cidadãos através de medidas efetivas de regulação da oferta e da redução da exposição dos cidadãos mais frágeis a alimentos de má qualidade nutricional.

Recentemente foi apresentado o RJIES – “Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior”, que regula a constituição, atribuições, organização, funcionamento e competência dos órgãos universitários. A discussão pública sobre este modelo foi concentrada em torno dos métodos de eleição dos reitores, sobre o papel dos estudantes nesta eleição reitoral ou sobre a distribuição do poder entre as diferentes camadas do sistema (universitário e politécnico).

Pouco se discutiu ou se discute sobre outros assuntos decisivos para a sobrevivência do ensino superior público. Ou seja, sobre os modelos de gestão das instituições, sobre a sua autonomia, a organização da ciência e da inovação pedagógica ou sobre os métodos que permitam instituir verdadeiros sistemas de qualidade nas instituições. Ou ainda, sobre a qualidade de vida no campus ou sobre os alumni e o balanço entre o número de licenciados saídos anualmente nas várias áreas e regiões do país e a empregabilidade/necessidades de profissionais, só para dar alguns exemplos.

Necessitamos de uma universidade pública forte, que se adapte à rápida mudança dos tempos e seja capaz de cumprir a sua missão, nomeadamente que proporcione condições para o exercício da liberdade de criação científica, cultural, artística e tecnológica a todos os cidadãos independentemente da sua situação social ou económica. Os atuais caminhos, de enviar a cabeça na areia e de seguir em frente tentando a agradar a tudo e a todos conduzem a um caminho semelhante ao SNS que não desejamos.

P.S A fotografia foi tirada na sensacional exposição retrospectiva de Maurizio Cattelan (Pádua, 1960) na Casa de Serralves, Porto que pode ser visitada entre 04 JUL 2025- 11 JAN 2026.